



# SARANDI

Governo  
Municipal

## EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

### OBJETO

*Registro de Preços para contratação de empresa especializada na instalação de granito e cubas em inox e cerâmica, com fornecimento de materiais, para atender à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.*

### RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço.

Registro de preços

Sim.

Licitação diferenciada para MPE

LOTE 2 - EXCLUSIVO PARA ME/EPP;  
LOTE 1 E 3 - AMPLA CONCORRÊNCIA.

Total estimado

R\$ 520.972,70 (quinhentos e vinte mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta centavos).

### SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 25/05/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renato Macedo Ferreira Portaria nº 1756/2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi -  
Paraná

[licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br)

(44) 3264-8600

## SUMÁRIO

---

1	DO OBJETO .....	2
2	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	2
	Da licitação diferenciada para MPE .....	3
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	4
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
7	DA ABERTURA DA SESSÃO .....	7
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
9	DA NEGOCIAÇÃO .....	11
10	DA PROPOSTA DE PREÇO .....	11
11	DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
15	DOS RECURSOS .....	19
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	23
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	24

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José



Emiliano de Gusmão, 565 - Centro - Sarandi - Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1 DO OBJETO

---

1.1 O objeto da presente licitação é *Registro de Preços para contratação de empresa especializada na instalação de granito e cubas em inox e cerâmica, com fornecimento de materiais, para atender à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2 DO REGISTRO DE PREÇOS

---

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

---

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE**

3.5 Para o lote 2, disposto no Termo de Referência, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da [Lei Complementar nº 123/06](#).

3.6 Para os lotes 1 e 3, a participação será aberta a empresas de qualquer porte, em regime de Ampla Concorrência, conforme Termo de Referência.



3.7 Não poderão disputar esta licitação:

I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## 4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

---

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos subitens 12.1.1 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## 6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

---

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.



## 7 DA ABERTURA DA SESSÃO

---

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## 8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

---

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, gerando menor valor do lote.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O intervalo mínimo de diferença de Escolher um item. entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



8.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. empresas brasileiras;

III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



## 9 DA NEGOCIAÇÃO

---

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.1.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 10 DA PROPOSTA DE PREÇO

---

10.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações das tabelas do Termo de Referência;
- II. quantidade e unidade de medida;



III. valor unitário e total de cada lote, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e

IV. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.

10.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

## 11 DA FASE DE JULGAMENTO

---

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.





11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;



VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **12 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da



ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.6 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.8 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



12.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.12.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos



documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.17 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.13.1.

12.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



## 13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

---

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

---

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:





I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 15 DOS RECURSOS

---

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



## **16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o



instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

VI. fraudar a licitação;

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade



para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



## **17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

---

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: *PREGOEIRO2@SARANDI.PR.GOV.BR*.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

---

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



## 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

---

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.





19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
  - Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II - Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ✓ Anexo IV - Análise de Risco.

Sarandi, 6 de May de 2026.

---

**LUCAS ADILSON ZAQUI**  
Secretário de Administração  
DECRETO nº 1051/2026



# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

### OBJETO

---

*Registro de Preços para contratação de empresa especializada na instalação de granito e cubas em inox e cerâmica, com fornecimento de materiais, para atender à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.*

---



## SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	5
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	8
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO .....	8
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	8
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	9
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	12
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO .....	15
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	19
9	ASPECTOS CONTRATUAIS .....	23
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	33
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	33
12	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	34

## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### OBJETO

1.1 *Registro de Preços para contratação de empresa especializada na instalação de granito e cubas em inox e cerâmica, com*



fornecimento de materiais, para atender à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	72964	Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda, polido, boleado dois lados para aplicação em bancadas de Pias de cozinha e de banheiros.	250	M <sup>2</sup>	R\$ 456,11	R\$ 114.027,50
2	72965	Prestação de serviços para Instalação de Granito verde Ubatuba com 2 cm de espessura por m <sup>2</sup> . demais Especificações conforme memorial descritivo	250	M <sup>2</sup>	R\$ 243,33	R\$ 60.832,50
3	72966	Cuba em inox AISI 304, nas medidas:60X50X42 cm.	40	Unidade	R\$ 1.314,53	R\$ 52.581,20
4	72967	Prestação de serviços para instalação de Cuba em inox AISI 304, nas medidas:60X50X42 cm demais especificações conforme memorial descritivo	40	Unidade	R\$ 145,00	R\$ 5.800,00
5	72968	Cuba em inox AISI 304, nas medidas: 50X40X25 cm.	40	Unidade	R\$ 755,38	R\$ 30.215,20
6	72969	Prestação de serviços para instalação de Cuba em inox AISI 304, nas medidas: 50X40X25 cm, demais especificações conforme memorial descritivo	40	Unidade	R\$ 119,75	R\$ 4.790,00
7	72970	Cuba de cerâmica oval com medidas 49 x 36 cm, na cor branco	20	Unidade	R\$ 138,77	R\$ 2.775,40
8	72971	Prestação de serviços para instalação de Cuba de cerâmica oval com medidas 49 x 36 cm, na cor branco, demais especificações conforme	20	Unidade	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00



		memorial descritivo				
<b>TOTAL R\$ 273.821,80</b>						

**LOTE 02 - EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
9	72972	Granito verde Ubatuba, 2 cm, por m <sup>2</sup> , para aplicação como divisórias de banheiros, polido dos dois lados.	100	M <sup>2</sup>	R\$ 450,00	R\$ 45.000,00
10	72973	Prestação de serviços para Instalação de Granito verde Ubatuba com 2 cm de espessura por m <sup>2</sup> , para aplicação como Divisórias em banheiros, demais especificações conforme memoriais descritivos	100	M <sup>2</sup>	R\$ 266,67	R\$ 26.667,00
<b>TOTAL R\$ 71.667,00</b>						

**LOTE 03 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
11	72974	Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda, polido, boleado (dois lados) para aplicação em bancadas, de tanques para lavanderia.	100	M <sup>2</sup>	R\$ 443,89	R\$ 44.389,00
12	72975	Prestação de serviços para Instalação de Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda, demais especificações conforme memorial descritivo.	100	M <sup>2</sup>	R\$ 226,67	R\$ 22.667,00
13	72976	Tanque de embutir em aço inox AISI 304, nas medidas mínimas: 60x50x27 cm, espessura 0,8mm, capacidade mínima 60L, com esfregadeira.	35	Unidade	R\$ 1.400,87	R\$ 49.030,45
14	72977	Prestação de serviços para instalação de tanque em aço inox AISI	35	Unidade	R\$ 300,00	R\$ 10.500,00





		304, nas medidas mínimas: 60x50x27 cm, demais especificações conforme memorial descritivo.				
15	72978	Tanque de embutir em aço inox AISI 304, com as medidas mínimas: 60x50x40cm, espessura 0,8mm, capacidade mínima 68L, com esfregadeira.	35	Unidade	R\$ 1.097,07	R\$ 38.397,45
16	72979	Prestação de serviços para instalação de tanque de embutir em aço inox AISI 304, nas medidas mínimas: 60x50x40cm, demais especificações conforme memorial descritivo.	35	Unidade	R\$ 300,00	R\$ 10.500,00
<b>TOTAL R\$ 175.483,90</b>						

1.1.1 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão sempre deste termo.

### DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
2	72965	Prestação de serviços para instalação de granito para pia, com espessura mínima de 2 cm, com borda, na cor verde Ubatuba, acabamento polido e boleado em dois lados, com possibilidade de perfuração para instalação de torneira e cuba de inox ou louça, conforme a necessidade de cada local. Estão inclusos a mão de obra e todo o material necessário para a instalação, sendo que a espessura do espelho, tanto da parte seca quanto da parte molhada, será definida no ato do pedido. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município não tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
4	72967	Prestação de serviços para instalação de cuba de embutir em aço inox AISI 304, com espessura mínima de 0,8 mm, acabamento acetinado, dimensões mínimas de 50x60 cm e profundidade mínima de 42 cm, incluindo válvula, sifão e todo o material necessário para instalação, devendo ser colada por baixo da bancada. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
6	72969	Prestação de serviços para instalação de cuba de embutir em aço inox AISI 304, com espessura mínima de 0,8 mm, acabamento acetinado, dimensões mínimas de 50x40 cm e profundidade mínima de





		25 cm, incluindo válvula, sifão e todo o material necessário para instalação, devendo ser colada por baixo da bancada. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
8	72971	Prestação de serviços para instalação de cuba de embutir em cerâmica oval, com medidas mínimas de 49x36 cm, na cor branca, acabamento esmaltado e profundidade mínima de 16 mm, incluindo fornecimento de válvula e todo o material necessário para instalação, devendo ser colada por baixo da bancada. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
10	72973	Prestação de serviços para instalação de granito verde Ubatuba, com espessura mínima de 2 cm por metro quadrado, destinado à aplicação como divisórias em banheiros, incluindo todos os acabamentos necessários, observando os padrões do estabelecimento. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município não tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
12	72975	Prestação de serviços para instalação de granito para lavanderia, com espessura mínima de 2 cm, com borda, na cor verde Ubatuba, acabamento polido e boleado em dois lados, com possibilidade de perfuração para instalação de torneira e cuba de inox ou louça, conforme necessidade do local. Estão inclusos a mão de obra e todo o material necessário para instalação, sendo que a espessura do espelho da parte seca e molhada será definida no ato do pedido. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município não tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
14	72977	Prestação de serviços para instalação de tanque de embutir em aço inox AISI 304, com dimensões mínimas de 60x50x27 cm, incluindo mão de obra, fornecimento de válvula, sifão e todos os materiais necessários para perfeita instalação, devendo ser colado por baixo da bancada. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município não tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.
16	72979	Prestação de serviços para instalação de tanque de embutir em aço inox AISI 304, com dimensões mínimas de 60x50x40 cm, incluindo mão de obra, fornecimento de válvula, sifão e todos os materiais necessários para perfeita instalação, devendo ser colado por baixo da bancada. O fornecedor será responsável pela retirada dos itens quebrados ou danificados preexistentes no local, dando destinação final adequada aos mesmos, caso o Município não tenha interesse. A empresa deverá entregar o local limpo e finalizado.





## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual – PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. Utilização de materiais e insumos que reduzam impactos ambientais, sempre que tecnicamente viável;
- II. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- III. Uso racional de água e energia elétrica nas dependências das unidades escolares;
- IV. Observância das normas ambientais vigentes aplicáveis à atividade desempenhada.

4.1.1 A Secretaria poderá utilizar, no que couber, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia-Geral da União.

4.1.2 A inclusão de critérios de sustentabilidade deverá observar o disposto na Lei nº 14.133, especialmente quanto à objetividade e pertinência com o objeto contratado.





## LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.2 O presente certame observará o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/06. Conforme Comunicado Interno nº 283/2026 - Administração, folha 229. Dessa forma, conforme detalhado na descrição de cada lote, a regra de participação dar-se-á da seguinte maneira:

- **Lotes com valor superior a R\$ 80.000,00:** Participação de empresas de qualquer porte (Ampla Concorrência).
- **Lotes com valor até R\$ 80.000,00:** Participação exclusiva para ME/EPP.

## VISTORIA

4.3 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I. O início da execução ocorrerá em até 20 (vinte) dias contados da emissão da ordem de fornecimento/ordem de serviço e respectiva nota de empenho.

II. Métodos e procedimentos:

- a) Os serviços serão executados por mão de obra especializada;
- b) A contratada deverá fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários;
- c) Deverá realizar cortes técnicos, furações, colagens e acabamentos conforme necessidade de cada unidade;
- d) Será responsável pela retirada e destinação ambientalmente adequada dos materiais substituídos, quando não houver interesse da Administração;
- e) Deverá obedecer às normas técnicas de segurança do trabalho e fornecer EPIs aos seus funcionários;





f) Ao final da execução em cada unidade, o local deverá ser entregue limpo e apto para uso imediato.

III. As solicitações poderão ocorrer de forma fracionada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação;

IV. A conclusão de cada solicitação deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do pedido formal.

V. Caso não seja possível atender no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação do prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

#### **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Período da manhã: das 08h00 às 10h30 e Período da tarde: das 13h30 às 16h30.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

<b>CMEI Adelaide Dezotti Tonon</b> Endereço: Rua Américo Brasiliense, 267 - Jd. Novo Panorama - CEP 87113-160
<b>CMEI Beatriz da Silva Pacheco Gonçalves</b> Endereço: Rua Estrada Batista Rossato, 888 - Conjunto Mauá - CEP 87112-780
<b>CMEI Corrente do Amor</b> Endereço: Rua Ponta Porã, 1432 - Conjunto Bela Vista - CEP 87112-260
<b>CMEI Cristo Rei</b> Endereço: Rua Henrique Augusto da Silva, 270 - Pq. São Pedro - CEP 87112-510
<b>CMEI Escritor Ziraldo</b> Endereço: Avenida Maringá, 545 - Jardim Europa - CEP 87111-000
<b>CMEI Hugo Mikael Silva Lima</b> Endereço: Rua Pau Marfim, 985 - Jardim Monte Rey - CEP 87112-798
<b>CMEI José Lazaro Pereira</b> Endereço: Rua Pioneiro Guerreiro Darlin, 863 - Conjunto Sarandi III - CEP 87111-000
<b>CMEI Julia Volpato Sordi</b> Endereço: Rua Dois, S/N - Jardim Social - CEP 87113-114
<b>CMEI Livânia Márcia Lerin Kiste</b> Endereço: Rua das Dálias, 769 - Jardim Verão - CEP 87111-480





<b>CMEI Menino Jesus</b> Endereço: Rua Antonia Garrido Stevanelli, 366 - Jardim Paulista - CEP 87111-450
<b>CMEI Monteiro Lobato</b> Endereço: Rua Estrela D'Alva, 126 - Jardim Universal - CEP 87114-340
<b>CMEI Padre Reginaldo de Lima</b> Endereço: Rua Castro Alves, 2550 - Jardim Ouro Verde - CEP 87113-000
<b>CMEI Pedacinho do Céu</b> Endereço: Rua Ângelo Perini, 1188 - Jardim Castelo - CEP 87111-400
<b>CMEI Pequeno Príncipe</b> Endereço: Rua Tiradentes, 1270 - Jardim Independência - CEP 87113-060
<b>CMEI Professora Jovandir Corrêa Soares</b> Endereço: Rua Ângelo Perini, 1188 - Jardim Castelo - CEP 87111-400 - Ala B
<b>CMEI Vereador Sebastião Cânciao de Oliveira</b> Endereço: Av. Brasil, Quadra 03 - São José III - CEP 87113-250
<b>CMEI Vale Azul</b> Endereço: Av. João de Barro, 561 - Conjunto Floresta - CEP 87112-690
<b>CMEI Vinícius de Moraes</b> Endereço: Rua Zumbi dos Palmares, 1330 - Residencial São José - CEP 87114-705
<b>CMEI Maria do Carmo</b> Endereço: Rua Alcides Nunes Ita Jorente, 355 - Jardim Ouro Verde II - CEP 87114-166
<b>Escola Municipal Ayres Aniceto de Andrade</b> Endereço: Rua Nova Andradina, 1405 - Jardim Esperança - CEP 87112-220
<b>Escola Municipal Criança Esperança</b> Endereço: Av. Ângelo Perini, 1188 - Jardim Castelo - CEP 87112-400
<b>Escola Municipal José Polo</b> Endereço: Rua Canadá, 468 - Jardim Castelo - CEP 87112-560
<b>Escola Municipal Machado de Assis</b> Endereço: Rua Pedro Álvares Cabral, 511 - Jardim Panorama - CEP 87113-110
<b>Escola Municipal Masami Koga</b> Endereço: Rua Estrela D'Alva, 131 - Jardim Universal - CEP 87114-340
<b>Escola Municipal Mauro Padilha</b> Endereço: Av. Londrina, 1022 - Jardim Independência - CEP 87111-010
<b>Escola Municipal Mercedes Romero Panzeri</b> Endereço: Rua Castro Alves, 2220 - Jardim Independência - CEP 87114-090
<b>Escola Municipal Olinda Dias Pereira</b> Endereço: Rua Ana Marta Faltin, 291 - Parque Alvamar - CEP 87113-410
<b>Escola Municipal Padre José de Anchieta</b> Endereço: Rua das Samambaias, 457 - Jardim Verão - CEP 87111-610
<b>Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles</b> Endereço: Rua Américo Brasiliense, 329 - Jardim Novo Panorama - CEP 87113-160



<b>Escola Municipal Professora Darci Ap. Pereira Mochi</b> Endereço: Rua Adolfo Candiani, 72 - Jardim Vera Cruz - KM 115 - CEP 87111-767
<b>Escola Municipal Professor Paulo Freire</b> Endereço: Av. João de Barros, 1018 - Conjunto Floresta - CEP 87112-690
<b>Escola Municipal Sagrada Família</b> Endereço: Rua Castro Alves, 3225 - Jardim Independência 3ª Parte - CEP 87114-000
<b>Escola Municipal São Francisco de Assis</b> Endereço: Rua Guiapó, S/N - Centro - CEP 87111-120
<b>Escola Municipal Tisuro Tsuji Barros Cunha</b> Endereço: Rua Jabaquara, 17 - Jardim Paulista - CEP 87111-410
<b>Escola Municipal Yoshio Hayashi</b> Endereço: Av. Londrina, S/N - Jardim Independência - CEP 87114-010
<b>Escola Municipal Dr. Luiz Gabriel Sampaio</b> Endereço: Praça Santo Antônio - Vale Azul Distrito - CEP 87111-970

## **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- I. Materiais de consumo compatíveis com a natureza dos serviços contratados, em quantidade suficiente para atendimento da demanda das unidades escolares;
- II. Equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação e funcionamento, adequados às normas técnicas e de segurança aplicáveis;
- III. Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando exigidos pela legislação vigente, em quantidade suficiente e com certificado de aprovação válido.

## **GARANTIA DO OBJETO**

5.5 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **FISCALIZAÇÃO**

6.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.10 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.





6.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.12 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **GESTOR DO CONTRATO**

6.15 Cabe ao gestor do contrato:

I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.







III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 - Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.17 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são: Gestora - Bruna Justo Guiomar Matrícula nº 10064 e a Fiscal - Flavia Cristina Goncalves, Matrícula nº 2048, indicadas nas Portarias nº 2041/2026, ou aquela que vier a substituir.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **RECEBIMENTO**

7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante





termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6 Ao final de cada período/evento de faturamento:

I. o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



7.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



7.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **LIQUIDAÇÃO**

7.17 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.18 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.20 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta





aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.23 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante





aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1 Independentemente do percentual de tributo inserido, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

***Justificativa adequada para a característica da natureza do objeto “Serviço comum”:***

Os serviços objeto desta licitação são considerados comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, sendo possível a sua descrição clara e precisa, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133.

***Justificativa para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônico:***  
*O art. 17, §2º, da Lei nº 14.133 estabelece que as licitações devem ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.*





O art. 29 da referida lei dispõe que o pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital.

**Justificativa para lote:** A divisão em lotes foi adotada em razão da distinção técnica e operacional entre os serviços/itens agrupados, permitindo maior competitividade e ampliação da participação de fornecedores, sem comprometer a eficiência da execução contratual.

Os itens foram agrupados conforme sua natureza e compatibilidade, assegurando padronização dentro de cada lote, melhor gestão e fiscalização contratual.

A medida observa os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133.

8.2 A adoção do Pregão Eletrônico amplia a competitividade, assegura maior transparência, reduz custos administrativos e possibilita maior economicidade à Administração Pública.

8.3 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Educação.

8.4 Não haverá órgãos participantes externos. Não será admitida adesão por órgãos ou entidades não participantes (carona), salvo previsão expressa no edital.

## **DA PARTICIPAÇÃO**

8.5 Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio.

**Justificativa (art. 18, IX da L14133/21):** Considerando a natureza comum do objeto e a ampla oferta do serviço no mercado, a participação em consórcio não se mostra necessária para garantir a competitividade do certame.

## **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.







*Justificativa:*

*A formalização por meio de Ata de Registro de Preços é necessária em razão da natureza parcelada e sob demanda da contratação, permitindo que a Administração realize futuras contratações conforme sua necessidade, durante o prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.*

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### ***Habilitação jurídica***

8.6 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade



no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

8.7 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:



I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.8 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

II. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.9 Não será exigida qualificação técnica.

## **9 ASPECTOS CONTRATUAIS**

### **VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual ou nota de empenho, conforme o caso, onde constarão as regras específicas aplicáveis à execução.

### **REAJUSTE**

9.3 Os preços inicialmente registrados ou contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fls. 20 a 23 do processo), em 15/04/2026 (DD/MM/AAAA).

9.3.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

9.3.2 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços/Contrato, anexo do Edital.





## **SUBCONTRATAÇÃO**

9.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

9.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.6 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações deste instrumento;
- VII. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VIII. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e



condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

IX. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

X. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

XI. Cientificar a Secretaria Municipal de Educação para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

XII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

XIV. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.





9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.8 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e







e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

XIV. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

XV. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

XVI. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVII. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XVIII. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

XIX. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

XX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XXI. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XXII. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XXIII. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do





contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXIV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXV. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

XXVII. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

XXVIII. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXIX. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

XXX. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

XXXI. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.9 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:



### ***Sanções aplicáveis***

9.10 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.11 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### ***Graduação das multas***

9.12 As multas poderão aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 4% (quatro por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
G2 – Gravíssimo	Rescisão contratual cumulada com multa de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 1

9.13 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Nº	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
----	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------



1	Atraso injustificado do início da execução	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do Contrato.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Deixar de manter a documentação de habilitação ou cadastro no SICAF atualizados ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária).	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato e/ou atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
6	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
7	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
8	Não responder a contatos e/ou solicitações da Equipe de Fiscalização no prazo estabelecido.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
9	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
10	Quando o preposto de forma injustificada não se apresentar em reunião pré-agendada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
11	Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
12	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
13	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	-
14	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	-

15	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	M1	M2	M3	G1	G2	-
16	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	M1	M2	M3	G1	G2	
17	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	-	-
18	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	-	-
19	Abandono contratual	G2	-	-	-	-	-
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	-	-	-	-	-
21	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	-	-	-	-	-
22	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	-	-	-	-	-
23	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.	G2	-	-	-	-	-
24	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.	G2	-	-	-	-	-
25	Desistir da prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação.	G2	-	-	-	-	-

Tabela 2

9.14 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.15 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.16 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.17 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.



9.18 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.19 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.20 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.21 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.22 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.23 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.24 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.25 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).





9.28 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.29 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.30 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.31 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.32 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



9.33 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 520.972,70 (quinhentos e vinte mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta centavos).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 20 a 23.

## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.39.00.  
00. - 1103 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.001.12.122.0009.2.302.3.3.90.39.00.  
00. - 1102 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.001.12.122.0009.2.326.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.001.12.122.0032.2.303.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.001.12.366.0031.2.305.3.3.90.39.00.  
00. - 1102 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.39.00.  
00. - 1103 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.002.12.365.0022.2.307.3.3.90.39.00.  
00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.002.12.365.0022.2.308.3.3.90.39.00.  
00. - 1102 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0023.2.311.3.3.90.39.00.  
00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0023.2.312.3.3.90.39.00.  
00. - 1102 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.39.00.  
00. - 1103 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.39.00.  
00. - 1102 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.39.00.  
00. - 1104 - OUTROS SERVIÇOS DE  
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA





12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.39.00. TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12 DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## 1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de granito, cubas de inox e cerâmica, bem como a prestação de serviços de retirada dos materiais existentes em estado precário e instalação dos novos itens, destinados às cozinhas e banheiros das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

A necessidade decorre da constatação, por meio de vistorias técnicas realizadas nas unidades escolares, de que diversas bancadas e cubas encontram-se danificadas, desgastadas ou inadequadas ao uso, comprometendo as condições de higiene, segurança e funcionalidade dos ambientes.

A substituição e instalação dos referidos materiais são imprescindíveis para garantir condições adequadas de preparo de alimentos, higienização e uso sanitário, assegurando ambiente apropriado aos alunos, servidores e demais usuários das unidades escolares.

Além disso, a contratação visa solucionar demanda não atendida em processo anterior, assegurando a continuidade e regularidade dos serviços públicos educacionais.

### Área requisitante e responsável (eis):

Área	Secretaria Municipal, de Educação – Departamento Administrativo
Responsável	Flávia Jordana Inácio
Matrícula	10376
Telefone	(44) 3264-8750/3264-8789
E-mail	secretariadeeducacao@sarandi.pr.gov.br

## 2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA.

## 3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, necessários e suficientes para atendimento da necessidade identificada:



- I. Fornecimento de granito, cubas de inox e cerâmica novos, de primeira linha, sem uso, em conformidade com padrões mínimos de qualidade, resistência mecânica e durabilidade;
  - II. Execução dos serviços de retirada dos materiais existentes e instalação completa dos novos itens, incluindo todos os insumos, acessórios, fixações, vedantes e acabamentos necessários ao pleno funcionamento;
  - III. Observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, normas sanitárias e de segurança do trabalho;
  - IV. Responsabilidade da contratada pelo fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos e EPIs necessários à execução dos serviços;
  - V. Garantia mínima dos materiais e dos serviços de instalação, a contar do recebimento definitivo;
  - VI. Correta destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das retiradas, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
  - VII. Execução dos serviços nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo a ser definido no Termo de Referência;
  - VIII. Responsabilidade integral da contratada por eventuais danos causados às instalações durante a execução dos serviços;
  - IX. Possibilidade de fornecimento parcelado, conforme necessidade da Administração.
- Não se estabelece restrição geográfica para participação no certame, preservando-se a ampla competitividade.

## 4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades estimadas foram definidas com base em levantamento técnico realizado nas unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando a metragem das bancadas existentes, necessidade de substituição identificada em vistoria e projeção de demanda para adequação estrutural das cozinhas, banheiros e lavanderias.

### LOTE 1

Item	Descrição	Quant.	Unid. de Medida
1	Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda, polido, boleado dois lados para aplicação em bancadas de Pias de cozinha e de banheiros.	250	M <sup>2</sup>
2	<b>Prestação de serviços para Instalação</b> de Granito verde Ubatuba com 2 cm de espessura	250	M <sup>2</sup>



	por m <sup>2</sup>		
3	Cuba em inox AISI 304, nas medidas:60X50X42 cm.	40	UN
4	<b>Prestação de serviços para instalação de</b> Cuba em inox AISI 304, nas medidas:60X50X42 cm demais especificações conforme memorial descritivo	40	UN
5	Cuba em inox AISI 304, nas medidas: 50X40X25 cm.	40	UN
6	<b>Prestação de serviços para instalação de</b> Cuba em inox AISI 304, nas medidas: 50X40X25 cm	40	UN
7	Cuba de cerâmica oval com medidas 49 x 36 cm, na cor branco	20	UN
8	<b>Prestação de serviços para instalação de</b> Cuba de cerâmica oval com medidas 49 x 36 cm, na cor branco	20	UN

## LOTE 2

Item	Descrição	Quant.	Unid. de Medida
1	Granito verde Ubatuba, 2 cm, por m <sup>2</sup> , para aplicação como divisórias de banheiros, polido dos dois lados.	100	M <sup>2</sup>
2	<b>Prestação de serviços para Instalação de</b> Granito verde Ubatuba com 2 cm de espessura por m <sup>2</sup> , para aplicação como Divisórias em banheiros	100	M <sup>2</sup>

## LOTE 3

ORDEM	Descrição	Quant.	Unid. de Medida
1	Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda, polido, boleado (dois lados) para aplicação em bancadas, de tanques para lavanderia.	100	m <sup>2</sup>
2	Prestação de serviços para Instalação de Granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm por m <sup>2</sup> , com borda	100	m <sup>2</sup>
3	Tanque de embutir em aço inox AISI 304, nas medidas mínimas: 60x50x27 cm, espessura 0,8mm, capacidade mínima 60L, com esfregadeira.	35	Unidade
4	Prestação de serviços para instalação de tanque em aço inox AISI 304, nas medidas mínimas: 60x50x27 cm	35	Unidade



5	Tanque de embutir em aço inox AISI 304, com as medidas mínimas: 60x50x40cm, espessura 0,8mm, capacidade mínima 68L, com esfregadeira.	35	Unidade
6	Prestação de serviços para instalação de tanque de embutir em aço inox AISI 304, nas medidas mínimas: 60x50x40cm	35	Unidade

## 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nº	Solução
1	Contratação por lote, garantindo que cada lote seja executado por empresa responsável pelo fornecimento e instalação integral dos itens que o compõem.
2	Aquisição dos materiais (granito e cubas) de fornecedor distinto e contratação separada de empresa para execução da instalação.
3	Substituição do granito por outro material (mármore, porcelanato ou superfícies sintéticas) com contratação para fornecimento e instalação.

### Descrição das Soluções

#### **Solução 1 – Fornecimento e instalação por empresa única**

Consiste na contratação por lote, garantindo que cada lote seja executado por empresa responsável pelo fornecimento e instalação integral dos itens que o compõem.

Vantagens: centralização da responsabilidade, garantia única, melhor controle da execução, maior padronização e redução de riscos contratuais.

Aspectos econômicos e operacionais mais favoráveis para ambientes escolares.

#### **Solução 2 – Fornecimento e instalação por empresas distintas**

Consiste na aquisição dos materiais de um fornecedor e contratação de outro para execução da instalação.

Embora possa ampliar a competitividade, apresenta riscos quanto à responsabilização por eventuais falhas, incompatibilidades técnicas e dificuldade na gestão contratual.

#### **Solução 3 – Utilização de materiais alternativos ao granito**

Avaliação da possibilidade de utilização de mármore, porcelanato ou materiais sintéticos para bancadas e divisórias.

Contudo, tais materiais apresentam menor resistência à umidade, menor durabilidade ou custo superior no ciclo de vida, especialmente em ambientes escolares com uso intenso.

O levantamento considerou critérios técnicos, econômicos, ambientais e operacionais, observando durabilidade, facilidade de higienização, resistência mecânica e custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto.





## 6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os itens informados neste Estudo Técnico Preliminar serão inseridos em um Termo de Referência e serão posteriormente encaminhados para cotação, onde será elaborado o mapa de pesquisa de preço e mercado, por meio do qual será conhecido o valor estimado para a contratação.

## 7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após a análise das alternativas, definiu-se como solução mais vantajosa a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de granito verde Ubatuba, espessura mínima de 2 cm, bem como fornecimento e instalação das cubas em inox AISI 304 e cubas de cerâmica, conforme especificações técnicas constantes neste instrumento.

A solução contempla o fornecimento dos materiais, transporte, cortes sob medida, acabamento (polimento e boleamento), instalação completa, fixação, vedação e adequação ao local, incluindo todos os insumos necessários à perfeita execução.

Considerando o ciclo de vida do objeto, o granito verde Ubatuba apresenta elevada durabilidade, resistência à umidade e impactos, facilidade de higienização e baixa necessidade de manutenção, características essenciais para ambientes escolares de uso contínuo.

As cubas em inox AISI 304 possuem alta resistência à corrosão e longa vida útil, enquanto as cubas de cerâmica garantem funcionalidade e fácil limpeza.

A solução adotada reduz custos futuros com manutenção corretiva, reposições frequentes e deterioração precoce, garantindo melhor custo-benefício ao longo do tempo e menor impacto ambiental decorrente de substituições recorrentes.

## 8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

O objeto será licitado em **03 (três) lotes**, conforme descrito neste instrumento.

A divisão por lotes justifica-se pela natureza distinta das aplicações e pela organização técnica dos serviços, da seguinte forma:

- **Lote 1:** Bancadas e cubas para cozinhas e banheiros (fornecimento e instalação);
- **Lote 2:** Divisórias em granito para banheiros (fornecimento e instalação);
- **Lote 3:** Bancadas e tanques para lavanderias (fornecimento e instalação).



O parcelamento adotado é técnica e economicamente viável, pois agrupa itens correlatos e funcionalmente vinculados, garantindo compatibilidade técnica, padronização de acabamento, melhor gestão contratual e definição clara de responsabilidades, sem comprometer a competitividade do certame.

A adjudicação será realizada por lote, considerando a necessidade de que o mesmo fornecedor seja responsável pelo fornecimento e instalação dos itens que compõem cada grupo, evitando conflitos de responsabilidade técnica e assegurando a adequada execução do objeto.

**Critério de julgamento:**

- ✓ Menor preço por lote (caso escolha por lote/grupo, deverá ser justificado)

**Subcontratação:**

- ✓ Não.

## **9 RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Adequação e padronização das bancadas e divisórias em granito nas unidades escolares;
- Melhoria das condições de higiene, segurança e funcionalidade dos ambientes;
- Maior durabilidade das estruturas instaladas, reduzindo custos com manutenção corretiva e substituições frequentes;
- Melhor aproveitamento dos recursos públicos, considerando o ciclo de vida do objeto;
- Garantia de acabamento adequado e resistência compatível com o uso intenso em ambiente escolar.

Quanto à análise de riscos, verificam-se como principais riscos: atraso na entrega, falhas na instalação, fornecimento de material em desacordo com as especificações e danos durante a execução.

## **10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não serão necessárias quaisquer adaptações a esta secretaria previamente a celebração do contrato.



## 11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Nos termos do art. 6º, VIII, do Decreto Municipal nº 1262/2023, verifica-se a existência de contratação correlata anterior:

- **Pregão Eletrônico nº 136/2023 – Processo Administrativo nº 215/2023**, do Município de Sarandi, cujo objeto foi o registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de instalação de granito e cubas, com fornecimento de material.

Contudo, trata-se de procedimento autônomo e já homologado, não havendo dependência técnica ou contratual que impeça ou condicione a execução da presente contratação.

Não se identificam contratações interdependentes que afetem diretamente a execução do objeto, sendo este plenamente executável de forma independente.

## 12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente a:

- Geração de resíduos provenientes de recortes de granito e embalagens;
- Descarte de materiais substituídos (bancadas e cubas antigas);
- Consumo de recursos naturais na extração e beneficiamento do granito.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- Encaminhamento de materiais removidos para reaproveitamento ou descarte em local apropriado;
- Utilização de materiais com boa durabilidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Cumprimento da legislação ambiental vigente durante a execução contratual.

Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais são de pequeno porte e plenamente mitigáveis mediante fiscalização adequada.



### **13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA**

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de granito verde Ubatuba e cubas atende de forma adequada à necessidade identificada pela Administração.

A solução escolhida demonstrou-se técnica e economicamente viável, garantindo durabilidade, funcionalidade, segurança e melhor custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto.

Os riscos identificados são administráveis e não comprometem a viabilidade da contratação, sendo passíveis de mitigação por meio de especificações claras e fiscalização contratual.

Dessa forma, resta evidenciada a viabilidade da contratação, estando o presente ETP apto a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a continuidade do processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

#### **RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Sarandi, 02 de MARÇO de 2026.

---

Miqueias Bezerra da Silva



## PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

### IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social: CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF: CEP:

Fone:

E-mail:

### DADOS BANCÁRIOS

Banco: Agência: Conta Corrente:

### IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo: CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF: CEP:

Demais condições:

I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;

II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



---

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

---

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa  
Proponente



**SARANDI**

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **Nº «NÚMERO\_CONTRATO»/«ANO\_CONTRATO»**

#### **OBJETO**

---

*REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE GRANITO E CUBAS EM INOX E CERÂMICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR.*

---





A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Centro - CEP 87.111-230 - Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14133/21, no Decreto nº 2140/2024 - SRP, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto e o *Registro de Preços para contratação de empresa especializada na instalação de granito e cubas em inox e cerâmica, com fornecimento de materiais, para atender à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR*, de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

*Razão Social:* «Nome\_Fornecedor»

*CNPJ:* «CNPJ\_CPF\_Fornecedor»

*Endereço:* «Endereço\_Fornecedor» - «Cidade\_Fornecedor» -  
«Estado\_Fornecedor» - «CEP\_Fornecedor»

*Fone/Cel.:* «TelComercial\_Fornecedor\_Contato»

*E-mail:* «Email\_Fornecedor\_Contato»

*Representante:* «Nome\_Representante» - CPF: «CPF\_Representante»





ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Tabela 1

«Itens\_Contrato\_Por\_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência e [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

### 5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e





observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do



adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea "b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea "a)" do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:



I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 20 a 23 do processo), em 15/04/2026 (DD/MM/AAAA).

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.





7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.





7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



## **9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10 DAS PENALIDADES**

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;





II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



## 12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 **No caso de adjudicação por preço global de grupo/lote de itens**, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

**(Nome do Secretário)**  
«Assinaturas\_Contrato»  
Secretário xxx

---

**«Nome\_Representante»**  
«nome\_fornecedor»

---

**Carlos Alberto de Paula Júnior**  
Prefeito

Testemunhas:

1 - XX

2 - XX







## CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

*Razão Social:*

*CNPJ:*

*Endereço:*

*Fone/Cel.:*

*E-mail:*

*Representante:*

*CPF:*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

*Razão Social:*

*CNPJ:*

*Endereço:*

*Fone/Cel.:*

*E-mail:*

*Representante:*

*CPF:*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL





## ANÁLISE DE RISCO

**SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação**

**ANÁLISE DE RISCO:** A Análise de Risco consiste na identificação e avaliação de possíveis eventos que possam impactar a execução do contrato, bem como na definição das responsabilidades entre as partes, com o objetivo de mitigar eventuais prejuízos e assegurar a adequada execução do objeto da contratação, conforme os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### 1- PROCESSOS ANTERIORES

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: 136/2023			
OBJETO DA LICITAÇÃO		INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA	
Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de instalação de granito e cubas, com fornecimento do material, para atender às necessidades do Município de Sarandi/PR.		Início Vigência	
		04/03/2024	
		Término Vigência	
		03/03/2025	
		Vigência Atualizada	
		03/03/2026	
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO			
Cláusula Primeira: “Fica Prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pelo período de 04 de março de 2025 a 03 de março de 2026, de conformidade com a Cláusula IV.			
INFORMAR, SE HOVER:			
DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM DO ADITIVO EM RELAÇÃO AO VALOR DO OBJETO ADITIVADO
28/02/2025	-	R\$ 989.385,25	-

### 2- RISCOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

LISTAGEM DE POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO EM SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PREVISÃO DE EVENTUAL NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE TERMO ADITIVO POR OCASIÃO DE SUA OCORRÊNCIA			
POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES	ÔNUS	DOS	POSSÍVEIS



	EVENTOS SUPERVENIENTES
Aumento no preço do granito ou cubas após assinatura do contrato	Ônus: Contratada
<b>JUSTIFICATIVA: O risco é do fornecedor, inerente às variações do mercado e aquisição dos insumos.</b>	
Atrasos na entrega dos materiais pelo fornecedor	Ônus: Contratada
<b>JUSTIFICATIVA: Responsabilidade da contratada em cumprir prazos conforme cronograma definido.</b>	
Necessidade de adaptações estruturais nos locais de instalação	Ônus: Contratante
<b>JUSTIFICATIVA: Caso decorrente de condições físicas não previstas, poderá ensejar termo aditivo, se necessário.</b>	
Interrupção das atividades escolares que impactem o cronograma	Ônus: Compartilhado
<b>JUSTIFICATIVA: Reprogramação do cronograma poderá ser necessária, sem alteração de valores, salvo prejuízo efetivo.</b>	
Danos a bens ou estruturas durante a instalação	Ônus: Contratada
<b>JUSTIFICATIVA: Responsabilidade técnica integral da empresa contratada.</b>	

## 2 - RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Não se aplica ao presente caso

## 3 - DA MATRIZ DE RISCO

A mesma não foi feita em razão da natureza /complexidade do objeto este não se faz necessário.

**CONCLUSÃO:** Da análise realizada, conclui-se que os principais riscos relacionados à execução do objeto foram devidamente identificados e avaliados, com a definição das responsabilidades entre as partes, contribuindo para a adequada gestão contratual e para a continuidade do presente processo de contratação.

De mesmo modo, DECLARO estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Análise de Risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi/PR, 04 de MARÇO de 2026



Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

**Miqueias Bezerra da Silva**

**Profª Sheyla Grasielle De Souza Gonçalves**  
**Secretário(a) Municipal de Educação**